



SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

Nº 172 19/03/92

SINERGIA É ACIONISTA DA ELETROSUL

Na última quarta-feira o Sinergia recebeu o título de acionista da Eletrosul. A doação do título foi feita pelo presidente do Sindicato, Mauro Passos, que era proprietário desta ação. Mauro explica que "assim o sindicato terá direito a assento na assembléia máxima da empresa, onde será representado por todos seus diretores sindicais. Isto permitirá que se acompanhe melhor a gestão da empresa e vai possibilitar inclusive acionar, como acionista minoritário, a Justiça quando se constatar má administração".

NOVA CIPA

Foram eleitos como titulares da Cipa, na Celesc semana passada Suleide Maria Becker (169 votos), Evaldo da Silva Bento (121 votos), Genésio A. Pedro (102 votos), Mario M. Silveira (101 votos), Inácio Silveira (77 votos) e Felício S. Fernandes (77 votos).

GARANTIA

Alguns empregados da Celesc tem indagado sobre a garantia de emprego na empresa. É preciso esclarecer que a decisão recente do TST diz respeito somente aos empregados da Eletrosul. Na Celesc a cláusula da garantia de emprego continua vigorando conforme acordo coletivo assinado entre a empresa e o sindicato para o período 91/92.

PLENÁRIA CUT

Será realizada dia 21 de março, sábado, durante todo o dia, uma Plenária da CUT Regional Grande Florianópolis. O encontro acontecerá no auditório da Fecesc (praça Etelvina Luz) para discutir a avaliação do primeiro ano de gestão e elaborar um plano de ação. Participam dirigentes sindicais de entidades filiadas.

BID ELOGIA

Enrique Iglesias, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento recebeu há poucos dias em Washington um exemplar da proposta dos eletricitários de modelo do setor elétrico e elogiou muito o trabalho. Iglesias, segundo o diretor do Sinergia, Delman Ferreira, não entendeu porque o governo não quer discutir o projeto dos trabalhadores. Ele vai estar no Brasil em meados de abril para tratar do Mercosul e se dispôs a conversar sobre o projeto desenvolvido pelos eletricitários na sua passagem por Santa Catarina.

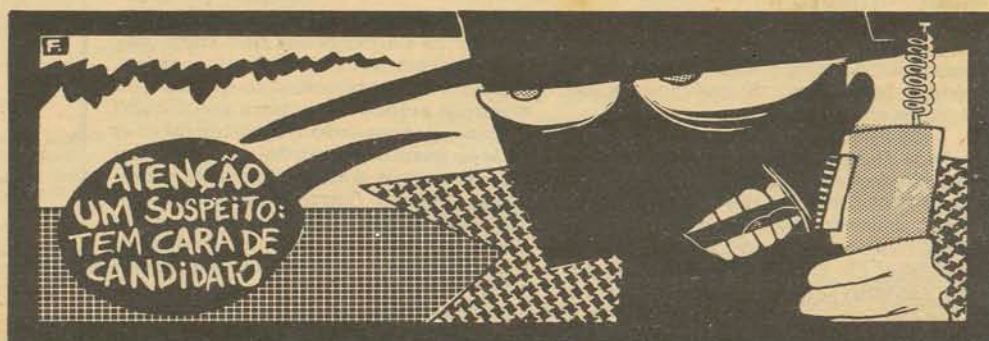
Ameaças interrompem eleições

**Terror da Eletrosul faz
candidatos desistirem de
concorrer a
Representante Sindical.
Na escalada de ameaças
até um curador da
Fundação Elos já foi
suspense por 30 dias**

Cerca de 28 candidatos, legalmente inscritos, desistiram de concorrer à eleição de representante sindical do Sinergia na Eletrosul. O motivo, conforme esclarecem seus depoimentos, é que a empresa os ameaçou com demissões caso participassem do processo eleitoral.

Diante desta interferência, a diretoria do Sinergia convocou seu Conselho Deliberativo, que resolveu, por unanimidade, sustar o processo eleitoral e reabrir no mesmo dia um novo processo. A data das eleições ficou marcada para 15 de junho e as inscrições podem ser feitas até 30 de março. O Conselho decidiu também que as inscrições dos que suportaram as pressões da Eletrosul está garantida e, portanto, eles continuam candidatos.

O procedimento da Eletrosul foi denunciado à Delegacia Regional do Trabalho e à Procuradoria Regional do Trabalho. O Sinergia solicitou aos dois órgãos a apuração imediata desta nova tentativa da atual administração da empresa de atingir a organização dos trabalhadores contrariando o estabelecido na Constituição Federal.



PUNIÇÃO - Duilio Diniz de Figueiredo (chefe do Departamento de Sistema de Transmissão) e Antero Lopes Bica (do setor de Engenharia e Construção) se responsabilizaram, no dia 12 de março, pela punição de suspensão de 30 dias do dirigente sindical e membro do Conselho Curador da Elos Claudius Charles Girardi. A decisão, segundo a Eletrosul, foi porque Girardi divulgou informações e documentos da empresa.

O Sinergia está preparando um dossiê que demonstra que esta situação está sendo montada pela empresa há alguns meses com o objetivo de atingir Girardi por sua atuação sindical. Com isto fica caracterizada a perseguição da empresa a um empregado que, como Curador da Elos - cargo para o qual foi eleito por duas gestões - participa ativamente no sentido de resguardar o patrimônio dos empregados e da empresa, vinculados àquela Fundação.

INIMIGO - Na quarta-feira, dia 11 de março, diante das demissões ocorridas naquele dia na Eletrosul, dirigentes dos sindicatos representativos da empresa, acompanhados de alguns demitidos, procuraram todas lideranças partidárias na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Foi entregue aos parlamentares um documento que denuncia a má administração da Eletrosul e alerta sobre os reflexos negativos na economia do Estado caso a empresa continue a ser desmantelada. Foi solicitado que a Assembléia convoque o presidente da Eletrosul em plenária para saber quais os seus motivos e aonde ele quer chegar.

Na ocasião o deputado Júlio Garcia, líder do PFL, partido que dá sustentação ao governo estadual, declarou que "o presidente da Eletrosul, com esta sua postura, está prestando um desserviço à Santa Catarina".

Demissões rondam a Celesc



As ameaças de demissões na Celesc estão mobilizando toda categoria. O presidente do Sinergia, Arno Cugnier, lembra que "em nome de uma privatização desastrosa para o setor, justamente a pessoa que se utilizou da garantia de emprego agora ameaça seus colegas de trabalho com demissões. Por isto o celesquiano vai reagir na medida em que está sendo provocado."

Cugnier diz que este episódio faz com que todos recordem outro presidente da Celesc, "que fez com o atual presidente o que este pretende agora fazer com a gente. Esta é a sua idéia de modernidade: voltar atrás. A prepotência não se alterou em nada dentro da empresa".

Mas os celesquianos não estão parados. Dentro do cronograma de mobilização da categoria, estão sendo feitas assembleias de todos sindicatos, visando desencadear a campanha salarial de abril.

LIMINAR: Os sindicatos estão esperando para ler a forma dada para a cassação da liminar em relação ao bloqueio dos salários da lei estadual 043/92. Segundo o departamento jurídico serão tomadas as medidas judiciais cabíveis tanto a nível trabalhista, como penal, porque esta é uma apropriação indébita de salários.

RESTAURANTE

"Abcelesc não tem interesse"

A Intersindical recebeu no início de março um abaixo assinado de empregados da Celesc que pedem a permanência da Abcelesc na administração do restaurante da sede. A Intersindical encaminhou o documento à direção da empresa solicitando sua intervenção na questão. Enviou outra cópia do abaixo assinado à direção da Abcelesc pedindo que esta convoque uma assembleia para discutir o assunto.

Zezinho diz que não consultou os associados porque a diretoria tem autonomia para decidir sobre o assunto

A Intersindical salienta que não faz convênios e nem os solicita. Quem faz convênios é a empresa e geralmente o pedido de abertura de convênios é feito pelos empregados.

José Alexandre Gomes, o Zezinho, diretor da Abcelesc, explicou ao Linha Viva que foi a empresa que quis fazer concorrência para contratar os serviços do restaurante e que a associação não tinha interesse em participar dela. Os três motivos apontados por Zezinho são: 1º) a empresa cobra-

ria 30% do faturamento bruto do restaurante a título de aluguel; 2º) o preço das refeições é reajustado segundo os salários e não de acordo com a inflação e isto poderia gerar uma defasagem e; 3º) o pagamento das faturas é quinzenal e a empresa tem mais 15 dias para debitar este valor. Assim não dá. Inviabilizaram o restaurante", diz o diretor.

Zezinho diz que não consultou os associados pois a diretoria tem autonomia para tomar este tipo de decisão. Disse ainda que os 23 empregados que trabalhavam no restaurante serão demitidos. O diretor da Abcelesc se queixa que nos quase cinco anos que a associação esteve no comando do restaurante a Celesc manteve convênio com dezenas de outros fornecedores de refeições. "Agora descredenciou todos, como na agência Florianópolis, onde deu a preferência para um ecônomo. Eu queria saber por que estão fazendo isto?"

mar este tipo de decisão. Disse ainda que os 23 empregados que trabalhavam no restaurante serão demitidos. O diretor da Abcelesc se queixa que nos quase cinco anos que a associação esteve no comando do restaurante a Celesc manteve convênio com dezenas de outros fornecedores de refeições. "Agora descredenciou todos, como na agência Florianópolis, onde deu a preferência para um ecônomo. Eu queria saber por que estão fazendo isto?"

de 580 milhões de dólares para 800 milhões de dólares. O prazo dos debêntures, que deveria ser de 15 anos, foi fixado em 10 anos e com um "malabarismo de última hora": 10 a contar de abril de 90. Ou seja: o prazo legal é de 8 anos. Com este truque os 200 milhões de dólares valem mais ainda. E para encerrar os juros destas debêntures acabaram fixados em 12% ao ano, quando os do mercado são de 6%.

Jânio de Freitas conta ainda que os representantes do ministro João Santana no negócio - Simá Medeiros e Armando Araújo, secretários executivo e de Energia Elétrica do Ministério da Infra-estrutura - e Luis Antonio Gonçalves, pelo Ministério da Economia, tomaram todas providências para aprovação do acordo. Numa ausência do ministro Marcello Moreira, o senhor Gonçalves, como ministro interino, chegou a emitir uma "autorização excepcional", para posterior exame do Conselho Monetário Nacional, para contornar as restrições emitidas pelo próprio Conselho contra debêntures do tipo incluído no negócio.

Tudo isto mostra, diz Gilioli, a verdadeira cara da reforma administrativa. "A gente só conhecia aquela que demite, que causa transtornos em nossas vidas e que está sucateando o setor. Agora vemos que o outro lado desta face é aquele que despeja milhões de dólares de graça nas mãos do setor privado, beneficiando empreiteiros, fornecedores às custas de nossos empregos e de um patrimônio que é de toda população. Esta é a cara da verdadeira modernidade".

A denúncia de Jânio de Freitas começa quando em fevereiro de 1991 o setor de energia elétrica concluiu que o montante atualizado de sua dívida era de 580 milhões de dólares. Os empreiteiros e fornecedores propuseram então que a Eletrobrás assumisse as dívidas de todas as empresas de energia elétrica e as quitasse, de uma só vez, através de debêntures com prazo de 10 anos. Freitas diz que "a Eletrobrás foi obrigada a patrocinar o presente e a quitar dívidas que não fez, e vê-se ameaçada de inviabilização financeira", caso a proposta seja aceita.

No dia em que escreveu sua coluna (18 de março) Jânio de Freitas conta que os Conselhos Fiscal e de Administração da Eletrobrás se reuniram para votar o acordo. Mas segundo o jornalista os termos do "negócio" mudaram um pouco. "O governo resolveu ser mais generoso". A dívida, segundo a proposta do governo, pulou

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina que tem 7500 exemplares semanais. Diretor Responsável: Dinivaldo Gilioli. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marl Cristina Scamazzon. Ilustrações: Frank Mala. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis. Impressão: gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC, CEP 88015. Fone (0482) 22-3866; telefax: (0482) 23-5596; telex 481555. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

INFELIZ ANIVERSÁRIO

Dois anos de Collor... e ainda faltam três

Dois anos depois da posse, em 15 de março de 1989, o governo Collor deu motivo de sobra para que 48% dos brasileiros considerem ruim ou péssimo o desempenho do primeiro presidente eleito depois da ditadura militar. Segundo o instituto de pesquisa DataFolha, em dois anos o descredício absoluto no governo foi multiplicado por dez. Alguns dias antes da posse apenas 4% da população acreditavam que Collor iria fazer um mau governo.

Setecentos e trinta dias depois, ninguém esperava que o país estivesse em tão mau estado. Basta conferir o discurso do ex-governador de Alagoas quando era então apenas candidato e compará-lo com o que aconteceu após dois anos de governo para perceber o motivo da revolta dos brasileiros. Revolta que ainda está longe de terminar - Collor ficará ainda mais de mil dias ocupando a Presidência do Brasil.

"Iremos combater a inflação, garantindo o salário real do trabalhador, garantindo seu poder aquisitivo." (debate com Lula, 3.12.89)

A inflação acumulada desde março de 1991 é de 552,27% (IGP/PGV). O salário mínimo em janeiro de 92 valia 31,08% em relação a 1990, quando foi criado. "A nossa política econômica não prevê em nenhum instante que o trabalhador seja mais uma vez penalizado." (entrevista à revista Isto É Senhor, 29.11.89)

"Se eleito presidente, eu prometo fazer com que o Brasil sente-se à mesa desse grupo, que passará a



Ato em Fpolis movimentou o calçadão

Collor adotou uma política econômica recessiva, que já deixou um milhão de trabalhadores desempregados só em São Paulo, segundo o DIEESE.

"Em um ano e meio, a inflação será de 3% ao mês." (em 17.05.90)

Em um ano e meio, a inflação mensal era de 17% (ICV/DIEESE).

"O congelamento de preços não faz parte de nenhuma proposta nossa." (em 25.02.90, à véspera da posse)

O Plano Collor I, de março de 90, congelou preços e salários.

"Eu sou contra os calotes. Eu sou contra o beijo que o meu adversário quer dar na dívida externa, na dívida interna e, incluída aí, a caderneta de poupança." (em 15.12.89, no último debate com Lula)

O Plano Collor I reteve por 18 meses as aplicações em caderneta de poupança superiores a NCz\$ 50 mil.

"Se eleito presidente, eu prometo fazer com que o Brasil sente-se à mesa desse grupo, que passará a

ser não de sete, mas de oito (países mais ricos do planeta)." (em 10.09.89)

Dois anos depois de eleito, o país está sentado, cada vez mais confortavelmente, à mesa vazia do "Quarto Mundo".

"Defendo que o Estado deve deixar de ser ineficiente, corrupto e irracional para ser uma entidade racional, eficiente, que atenda à população com os serviços públicos à altura dos impostos que vêm sendo pagos." (entrevista à Isto É Senhor, 29.11.89)

O Estado sob Collor permanece ineficiente, corrupto e irracional. Por determinação do FMI, aumentou os impostos - mas diminuiu a qualidade dos serviços.

"É perfeitamente possível fazer essas reformas sem mudar a Constituição, porque teremos um Con-

BRASIL NOVO

Inflação com estagnação

José Alvaro Cardoso
Economista do Dieese

Estes dois (longos) anos de inflação combinada com estagnação têm mais uma vez comprovado o equívoco de querer acabar com a inflação às custas de recessão e desemprego. A verdade é que as aventuras "estagiuvenis" do primeiro biênio colloriano não só não conduziram os brasileiros às prometidas delícias do Primeiro Mundo como ainda pioraram as condições de vida destes. O Produto Interno Bruto (PIB) de 1990 sofreu uma retração na ordem de 4,4% em 1990 e cresceu apenas 1,2% em 1991 o que representa, se considerarmos o aumento da população no período, uma queda do PIB per capita de 0,6%.

Esta política deliberadamente recessiva, obtida às custas de juros estratosféricos e quebra de empresas generalizadas de empresas levou à constante diminuição da massa salarial. Segundo a pesquisa DIEESE/Seade, por exemplo, os trabalhadores da Grande São Paulo chegaram ao final de 1991 ganhando em média 40% a menos do que em 1985, resultado este obtido graças às "originais" fórmulas de saída da crise do governo Collor.

Mas não caiamos na ilusão de pensar que este governo desastroso que desabou sobre nós há dois anos atingiu equitativamente a todos. A estratégia de combate à inflação pela via dos altos juros pode ser perniciosa para o restante da sociedade, mas definitivamente não o é para os bancos, que nela encontram a principal fonte de seus polpidos lucros. A média de rentabilidade dos balanços de 1991 divulgados até agora ultrapassou os 12%, um índice fabuloso se considerarmos que na Europa e Estados Unidos 8% é considerado um excelente resultado.

O rigor monetário obtido pela contenção da emissão de moeda e através dos juros altos, com o qual o governo supostamente debelaria o processo inflacio-

gresso que estará solidariamente conosco nesse processo de reconstrução nacional." (idem)

Collor propôs ao Congresso um conjunto de reformas constitucionais - o "emendamento" - para fazer essas "reformas". Para aprová-lo, mesmo com mudanças, Collor dá cargos no governo ao PFL.

"Não haverá ladrões, não haverá criminosos, não haverá especuladores, não haverá sonegadores." (em 9.10.89)

Em que país?
"No meu governo, as autoridades terão de morar nas suas casas." (em 8.10.89)

As mansões e apartamentos funcionais continuam sendo ocupados - e nem sempre por autoridades.

"O ministro do Trabalho será um líder do sindicalismo de resultados, porque eu desejo fazer com que haja uma modificação nas relações trabalhistas no país." (entrevista à Isto É Senhor, 29.11.89)

Magri, como o sindicalismo de resultados, foi incompetente para promover modificações nas relações trabalhistas. Magri pode ir para a cadeia por corrupção. O sindicalismo de resultados ainda está à solta por aí.

"Se alguém tiver culpa no cartório, terá que pagar por isso." (idem)

E Alcení Guerra? E Rosane Collor? E Zélia Cardoso de Mello com seu escândalo do café?

"Vou acabar com os marajás do sistema financeiro e construir um novo Brasil, sem inflação, sem marajás e sem corrupção." (em 5.10.89)

Onde está o Brasil Novo?

"Nós temos que acabar com esta situação em que os banqueiros ganham cada vez mais como síndicos dessa massa falida que é o Brasil." (debate com Lula, 3.12.89)

O Bradesco, maior banco privado nacional, lucrou 173 bilhões de cruzeiros em 91. Os bancos privados tiveram lucros médios sobre o patrimônio líquido de 12% em 91, segundo estudo da Austin Consultoria.

nário, é desmoralizado pelo tratamento que o mesmo tem dispensado ao problema da dívida externa. O discurso enganoso do candidato Collor de que não iria pagar a dívida com a miséria do povo é desmentido pelos números: em 1990 o governo enviou 5.566 bilhões de dólares aos credores externos e em 1991 este valor atingiu os 10,99 bilhões de dólares. O acordo assinado com o FMI, mais o acordo firmado junto ao Clube de Paris, prevê o envio aos credores em 1992 e 1993 de uma soma que quase atingirá os 7 bilhões de dólares.

Esta política, além de inviabilizar qualquer possibilidade de retomada dos investimentos, tem levado à implosão da política monetária na medida em que para cumprir seus compromissos externos o governo precisou emitir só em 1991 o equivalente a 9,7 bilhões de dólares. Frente a uma política dessas, que simplesmente impossibilita um controle sério das contas públicas, como o governo pode falar em combate eficaz à inflação?

O pior de tudo é que a política externa vem temperada com mais um venenoso ingrediente que é a liberação das importações. Ao longo destes dois anos o governo vem reduzindo ou eliminando alíquotas de importações baseado no argumento de atrair capitais externos para investimento e também como antidoto para os aumentos dos preços de oligopólio. O problema é que esta política vem sendo desenvolvida de forma atabalhoada e totalmente desvinculada de uma negociação global de alíquotas com os demais países, como faz qualquer nação civilizada que não acredita no conto do comércio totalmente livre de barreiras alfandegárias. Além disso, ao desejar abrir as importações com vistas a estabelecer uma concorrência aos oligopólios o governo esquece que a economia mundial é dominada por oligopólios.

TRIBUNA Livre

Prefeito impede democracia

Delman Ferreira
Diretor do Sinergia

A democratização das decisões sobre transporte coletivo em Florianópolis ia bem até que o prefeito Bulcão Viana resolveu afastar do processo entidades sindicais e populares que participavam do Conselho Municipal de Transporte Público - CMTP, que poderiam ser um entrave para os costumeiros acertos de aumentos de passagens.

O CMTP foi criado no final do ano passado, por iniciativa do vereador Vitor Schmidt (PT), e teria a função de deliberar sobre tudo o que envolve transporte público, inclusive preços de passagens. A prefeitura, de acordo com a lei aprovada e sancionada pelo prefeito, convidou entidade sindicais e populares para se credenciarem e assumirem seu lugar no Conselho. Imediatamente muitas entidades como o Sinergia, Sindicato dos Bancários, associações de bairro, se integraram ao órgão.

Executivo quer transformar o Conselho Municipal de Transporte num anteparo para tomar medidas anti-populares

Desde dezembro, quando foi instalado, o CMTP funcionou. Até um seminário técnico foi realizado para os participantes. Mas a autorização unilateral do último aumento de passagens e a elevação do patamar de algumas das principais linhas da cidade gerou um conflito que não parece estar longe de seu desfecho.

O aumento foi determinado pelo prefeito e pelo "grupo executivo" do CMTP, valendo-se de uma imprecisão da lei que cria a estrutura. Logo que os demais participantes questionaram a decisão, a prefeitura passou a questionar a própria participação das entidades, mesmo que elas tendo sido formalmente convidadas a integrarem o Conselho.

"Na leitura que o executivo faz da lei, as entidades sindicais, por exemplo deveriam eleger um único representante dos sindicatos para o Conselho, o mesmo valendo para associações comunitárias, etc... A prefeitura pretende manter uma certa hegemonia sobre o CMTP para que ele se transforme num anteparo para o executivo, que teria o "seu" conselho para aprovar medidas que descontentam a opinião pública.

Diante desta situação as entidades exigiram publicamente do prefeito uma negociação sobre formação do Conselho. As entidades não vão abrir mão de participar e democratizar as decisões sobre transporte coletivo. O Prefeito ainda não marcou a reunião para discutir, mas prometeu convocá-la em breve.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

1922: a modernidade atraída

Sérgio Weigert

Jornalista e professor da UFSC

Em 1922, setenta anos passados, iniciava-se o Movimento Modernista no Brasil. Capitaneados por Osvald (assim, com acento e tudo) de Andrade, uma horda de intelectuais brasileiros (Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Portinari, Pagu, etc..) buscavam estabelecer as bases de uma moderna utopia para este país. Para o Modernismo as nossas pretensões deviam ir



Cândido Portinari: pintando o Brasil

mais longe do que sermos um "imenso Portugal". Havia raízes, desenvolvidas na história, que nos distinguiam com uma "personalidade" própria. A utopia da nossa modernidade adolescente

solene, pleno de grandiloquência. Antes é a expressão da auto-ironia, do auto-deboche. Não há nada nele que se preste ao oficialismo.

Além disso, o Movimento Modernista é um grito de guerra contra tudo que é caduco, contra tudo que aprisionava a vida material e espiritual deste país. A oligarquia e todos os seus valores é colocada em xeque. Basta de um país acostumado ao servilismo diante dos coronéis! Basta de um país inculto, ignorante, brutalizado! Eis as palavras-de-ordem desta juventude iconoclasta que arrepiava as noites e os dias de São Paulo e do Brasil.

A velocidade não era mais a do carro de boi, mas a do automóvel. O ritmo era o da indus-

trialização. A esperança era o socialismo que havia surgido em 1917 (uma esperança difusa, é bem verdade). O proletariado crescia e suas exigências começavam a se fazer ouvir. As classes médias compareciam também povoando um cenário antes deserto, com exceção do coronel, do jagunço e da carreta.

E o país se deixava possuir por esta febre. Assim, as representações teatrais e artísticas eram sucedidas pelas festas que invadiam as noites e só terminavam ao encontrar os primeiros clarões do dia... e os primeiros leiteiros (que naquela época ainda havia leiteiros e suas pacíficas carroças). O lançamento de romances, poemas, eram sucedidos por paixões arrebatadoras, e estas por outras ainda mais arrebatadoras. E quando tudo pare-



Oswald (Oswald): poesia Pau Brasil

cia serenar, começava tudo outra vez, com intensidade insuspeitada. Os indivíduos possuíam projetos, a sociedade brasileira,

por sua vez, ia também estabelecendo seus projetos. Viver era bom e sonhar não era apenas um direito: era quase um dever.

Que senti-do tem hoje recordar o Movimento de 1922? Como nos chegam aquelas idéias através do filtro destes setenta anos transcorridos? Não

nos chega, por certo, com o gosto das coisas concretizadas, dos sonhos realizados. A história destes setenta anos é a história da nossa modernidade atraída. E é assim que a oligarquia ressurge na República de Alagoas, no Feudo do Canapi. E que a brutalidade não acabou, demonstra-nos o espetáculo diário do massacre de crianças, diante do qual nem mesmo os mais comprometidos meios de comunicação podem calar. E se não há

mais incultura, ignorância, fome, o que são estas legiões de famintos, de analfabetos, de doentes, de insanos que povoam as ruas, os hospitais, os manicômios? Se as esperanças de 1922 estão sendo realizadas, como dizem os discursos oficiais, porque o símbolo do país não é mais Macunaíma e sim o Sr. Magri?

O legado de 1922 nos chega, pois como uma advertência: em

Porque o símbolo do país não é mais Macunaíma, mas o Sr. Magri?

breve completará um século o sonho irrealizado da modernidade brasileira. E tudo o que foi denunciado pelas inquietas consciências daquele tempo continua aí para ser alvo da denúncia do nosso tempo. E neste processo forjaremos, quem sabe, uma nova, necessária e contemporânea utopia.



Tarsila do Amaral: pintora da antropofagia

Viver era bom, e sonhar não era apenas um direito: era quase um dever

era, precisamente, encontrar e desenvolver estas raízes. E que não havia xenofobia neste projeto, o próprio herói nacional do Modernismo prova-o com bastante clareza. Macunaíma, obviamente, não é um herói